

REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

**SAMUEL DA SILVA JULIÃO¹; LUCAS SCHNEIDER LOPES²; EDUARDA NACHTIGAL DOS SANTOS³; SANDRA MARA FIALA RECHSTEINER⁴;
ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES⁵**

¹*Universidade Federal de Pelotas – samuel_juliao@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – luks-s-l@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – duda.nachtigal@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – sandrafiala@yahoo.com.br*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – rosangelaferreirarodrigues@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O censo da educação superior de 2018 estimou que, ao final do ano de 2017, o número de alunos matriculados em cursos de graduação foi de 8.290.911, distribuídos entre as instituições públicas e privadas. Ainda em relação ao mesmo período, 3,2 milhões de alunos ingressaram no ensino superior, apresentando um crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior. Dentre as mais de 10 milhões de vagas ofertadas, menos de 10 mil foram destinadas a programas especiais, como o Plano Nacional de Formação de Professores e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que tem sido responsáveis pelo ingresso ao nível superior de educação cada vez maior de populações que antes eram excluídas do meio acadêmico, como indígenas, quilombolas, assentados do Movimento Sem Terra (MST) etc (INEP, 2018).

No que diz respeito à presença indígena no ambiente acadêmico, estudos recentes verificaram que o número de ingressantes oriundos das comunidades aumentou de 2.723, em 2010, para 25.670, em 2017, o que constitui um salto de 842% no período considerado (ABIORANA, 2018; CORDEIRO, 2018). Nesse contexto, Cordeiro (2007) relaciona o aumento da procura pelo ensino superior com a necessidade de formação de lideranças dotadas de conhecimentos fundamentais, que possam ser usados na luta pela defesa dos direitos indígenas, contribuindo para a efetiva autonomia desses povos. Em relação aos quilombolas, dados fornecidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) revelam que, de 2014 a 2018, o grupo em questão aumentou de 4.231 alunos para 10.747, somente nos Institutos e Universidades Federais. Inspirados pela premissa de que a educação em nível superior constitui uma forma de empoderamento e possibilidade de ocupar novas posições na divisão social do trabalho, negros quilombolas debutam no meio acadêmico para fazer parte da classe que produz o conhecimento e, por isso, detém o poder (ABIORANA, 2018; CORDEIRO, 2018).

Uma vez matriculados em instituições de ensino superior, discentes indígenas e quilombolas se deparam com um importante desafio no campo pedagógico. A ampliação das oportunidades de acesso aos cursos de graduação não está acompanhada de uma política educacional direcionada ao acompanhamento da acolhida, integração e permanência desses alunos, baseadas nas suas próprias demandas, frente às exigências que o mundo acadêmico impõe. A estrutura administrativa vigente – monocultural e com baixo grau de flexibilidade – tem se mostrado incapaz de assimilar experiências fora dos padrões normativos do sistema nacional de educação superior, e se apresentado como um obstáculo aos esforços para se criarem propostas pedagógicas interculturais (PONSO, 2018; CORDEIRO, 2018; LARCHERT & OLIVEIRA, 2013).

Especificamente em relação ao processo seletivo especial realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) para ingresso dos indígenas e quilombolas, verifica-se que é baseado na elaboração de uma redação em Língua Portuguesa, de um Memorial Descritivo e da defesa do Memorial previamente elaborado pelo concorrente à vaga (PELOTAS, 2019). Aprovados, ingressam em um ambiente cuja forma de avaliação guarda muito mais semelhanças com os processos seletivos convencionais, exemplificados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que gera a nota usada no Sistema de Seleção Unificada (SISU), e pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), do que com o modelo ao qual foram submetidos.

Mesmo sendo, em teoria, amparados por políticas que garantem assistência estudantil, tanto no âmbito pedagógico quanto no financeiro, observa-se que há um abismo entre o campo teórico e o que realmente acontece na prática. Decorrente da falta de suporte efetivo e falha nos esforços para melhor ambientação desses alunos no mundo acadêmico, altos níveis de evasão de estudantes indígenas e quilombolas vem sendo observados (CORDEIRO, 2007).

A análise dos dados de desempenho desses alunos evidencia a necessidade da descoberta de abordagens pedagógicas que mais se adequem à realidade prévia desses alunos, que, via de regra, cursaram a educação básica em condições de carência e, por isso, demandam mais atenção do corpo docente. Nesse contexto, a interdisciplinaridade se mostra uma ferramenta de grande valia que pode ser mais intensamente aplicada no ensino superior em geral, mas sobretudo na integração de indígenas e quilombolas. Analisando a interdisciplinaridade, tanto no sentido etimológico quanto no semântico, é possível estabelecer uma abordagem que se baseia, tanto na junção de disciplinas, e, portanto, na formatação da grade de um currículo, quanto em uma atitude de ousadia empregada na busca frente ao conhecimento, permitindo envolver aspectos que englobem cultura e outros parâmetros sociais, tornando o processo de aprendizado mais palpável (FAZENDA, 2014).

As oportunidades, sem precedentes, que vem sendo disponibilizadas às populações indígenas e quilombolas, que antes viviam às margens do mundo acadêmico, por este ser um ambiente ainda extremamente elitizado, constituem, muito mais do que a tentativa de reparação histórica. Representam a chance desses povos ganhar voz, em um mundo em que títulos ainda são valorizados, e levar serviços de qualidade, necessários às suas regiões de origem. Haja vista que a reserva de vagas assegura a sua presença no ambiente universitário e que investimentos financeiros são feitos, no sentido de promover a sua permanência. A busca pelo entendimento das necessidades inerentes a essas populações tão plurais se torna um fator chave para que o alvo final da abertura do mundo acadêmico seja alcançado da melhor e mais proveitosa forma possível.

O presente trabalho tem como objetivo investigar e tentar compreender as dificuldades enfrentadas por alunos oriundos de comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, com o propósito de promover ações focadas no melhor desempenho e menor evasão do público em questão.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado com base na análise de respostas de um questionário qualitativo, no qual foram englobadas questões relacionadas à vida pregressa dos alunos, ao ano de ingresso e previsão para término, à habilidade de integração dos conhecimentos afins adquiridos ao longo do curso, às dificuldades enfrentadas na universidade e à assistência pedagógica. Um total de

13 (treze) alunos responderam ao questionário e, dentre eles, 5 (cinco) cursam Medicina, 3 (três) cursam Enfermagem, 4 (quatro) cursam Educação física e 1 (um) cursa Odontologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os dados coletados a partir dos questionários, verifica-se que, dos seis alunos da Medicina, cinco terão a conclusão do curso postergada em, pelo menos um semestre, devido a reprovação em disciplinas que impossibilitam a progressão para os próximos semestres. Tal atraso na previsão do tempo de graduação não foi verificado nos outros cursos, exceto no caso de um dos entrevistados que trocou de curso.

Três, dos cinco alunos da Medicina referem ter facilidade 3 de 5 em integrar os conhecimentos de disciplinas afins (no exemplo dado, Histologia, Anatomia e Fisiologia). Quando questionados se o fato desses conhecimentos afins serem ministrados separadamente dificultava o entendimento dos conteúdos, a mesma proporção (três dos cinco alunos), alegaram concordar parcialmente. Em relação aos outros alunos, apenas uma estudante do curso de Enfermagem afirma acreditar que a separação dos conteúdos atrapalha a compreensão do todo. O restante dos alunos que preencheram o questionário ou discordam parcialmente ou se mostraram indiferentes à questão. Nesse contexto, torna-se evidente que abordagens interdisciplinares podem ser usadas como ferramenta de melhoria do desempenho desses alunos. A maior interação entre as disciplinas, além de auxiliar na formação dos alunos durante o percurso na universidade, também contribui para combater a tendência à especialização precoce tão verificada em profissionais que usam uma abordagem totalmente biologicista e medicalizante (BISPO et al., 2014).

Ao serem questionados quanto a possíveis dificuldades que estariam enfrentando, os alunos do curso de Medicina elegeram a incongruência do conteúdo ministrado em aula e o que é cobrado nas avaliações – opção marcada por 4 dos 6 alunos –, seguida pela quantidade de conteúdo, a extensa carga horária semanal e a forma de avaliação – cada uma sendo marcada por 3 alunos. Particularmente no que diz respeito às avaliações, uma das alunas entrevistadas acredita que o tempo de duração das provas poderia ser estendido, para que alunos como ela possam interpretar melhor as questões, que, além de serem totalmente diferentes do método ao qual foram submetidos para ingressar na universidade, são formuladas em uma linguagem muito divergente da usada em sala de aula.

A adaptação ao ambiente universitário, como uma condição para o desempenho acadêmico, foi um aspecto considerado de suma importância para 4 dos 5 alunos do curso de Medicina, sendo indiferente apenas para um deles. Nesse contexto, semelhantemente à concepção de programas de inclusão efetivos, tanto para alunos indígenas quanto para quilombolas, feito pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), verifica-se a necessidade da criação de estratégias que contem com a colaboração do público alvo no ato da sua formulação, para que haja verdadeira aderência e efetividade (LOURENÇO, 2016).

Quando solicitados para classificar de 1 a 5, sendo 1 o mínimo e 5 o máximo, o quanto de assistência pedagógica recebem, dentre os alunos do curso de Medicina, um deles acredita receber 1, um outro acredita receber 2, dois outros referem receber 3, enquanto o último deles defende que recebe 4. Dentre os outros alunos, apenas um informa receber assistência pedagógica em nível 3, ao

passo que cinco outros referem estar assistidos em nível 4 e os outros dois acreditam ter assistência avaliada em 5.

Ainda chama a atenção o caso de um dos alunos do curso de Medicina que, embora tenha ingressado em 2017, ainda não concluiu o ciclo básico do curso (previsto para ser finalizado ao final do quarto semestre), estando retida em uma disciplina do segundo semestre. A este respeito, a aluna argumenta que um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas não é o conteúdo em si, mas sim a adaptação quanto a aspectos tais como linguagem. Diz ainda que acredita que o tempo de duração das provas seja muito curto, haja vista que, por não ter sido habituada a trabalhar com os jargões científicos desde cedo (como alunos do ensino convencional são), parte significante do tempo de prova é investido na elucidação linguística das questões.

4. CONCLUSÕES

Não se promove a educação de povos tão distintos por meio de metodologias tão tradicionais. Alunos da área da saúde carecem de uma abordagem mais holística do objeto de estudo, para que consigam correlacionar as disciplinas e entender que, no final, todas têm como premissa básica a compreensão do corpo humano. Estratégias mais eficazes devem ser elaboradas para que tanto os alunos indígenas e quilombolas quanto a equipe pedagógica se sintam mais confortáveis, dentro e fora de sala de aula.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIORANA, K. **Cresce o número de estudantes indígenas nas universidades**. 2018. Disp. em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades>> Acesso: 1.08.2019.
- BISPO, E. P. F.; TAVARES, C. H. F.; TOMAZ, J. M. T. Interdisciplinaridade no ensino em saúde: o olhar do preceptor na Saúde da Família. **Interface**, Botucatu, vol.18, n.49, pp.337-350, 2014.
- CORDEIRO, M. J. J. A. Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: primeiras análises. **Rede Ação Afirmativa**, Rio de Janeiro, v. n. 29, 2007.
- CORDEIRO, M. J. J. A. **Negros e indígenas cotistas da universidade estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão do curso**. 2008. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP, 2018.
- FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, n. 6, p. 9-17, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior: Notas Estatísticas 2017**. Distrito Federal, 2018. 28 p.
- LARCHERT, J. M., OLIVEIRA, M. W. Panorama da educação quilombola no brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013.
- LOURENÇO, S. R. Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Campos** V.17 N.2, p. 34-58, jul-dez.2016.
- PELOTAS (RS). EDITAL DE PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS, COODEC Nº 17 DE 10 DE JUNHO DE 2019. **Universidade Federal de Pelotas**, 10 Junho 2019.
- PONSO, L. C. Letramento acadêmico indígena equilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(57.3): 1512-1533, set./dez. 2018.